

LYCURGO DE CASTRO SANTOS FILHO

HEITOR PENTEADO
(CENTENARIO DE NASCIMENTO)

Separata da
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Volume LXXVI

SÃO PAULO
1980

LYCURGO DE CASTRO SANTOS FILHO

HEITOR PENTEADO

(CENTENARIO DE NASCIMENTO)

Separata da
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Volume LXXVI

SÃO PAULO
1980

HEITOR PENTEADO(*)

(Centenário de nascimento)

Lycurgo de Castro Santos Filho

Ao decretar a comemoração oficial do centenário de nascimento de Heitor Teixeira Penteado, o senhor governador Paulo Egídio Martins, entre outras homenagens, determinou a realização da presente sessão solene neste Palácio dos Bandeirantes, onde ora nos reunimos para a evocação da vida e dos feitos do ilustre campineiro. Coube-me o encargo de, em largos traços, esboçar a biografia do político e administrador que foi prefeito municipal de Campinas, deputado estadual e federal, diretor e presidente do Banco do Estado, secretário da Agricultura, vice-presidente e presidente do Estado de São Paulo.

Biografar é tarefa perigosa e sutil. Qualquer lapso na análise de dados e informes, um simples desvio de perspectiva na apreciação de pessoa já distante no espaço e no tempo, uma pequena distorção no enfoque, e corre-se o risco de minimizar o biografado ou exaltá-lo em demasiada hipertrofia. De modo geral, pecam as biografias no exagerarem e transformarem a pessoa no centro de sucessos nos quais apenas tomou parte ou que simplesmente presenciou.

Em solenidades excepcionais, como a de hoje, costuma-se historiar a vida de um homem público não somente para celebrá-lo, mas também e principalmente para apontá-lo como exemplo e protótipo. Subentende-se, então, que a comemoração de Heitor Penteado comportaria não a análise crítica de sua vida pública, mas a apreciação laudatória. Ora, poder-se-ia depreender do exposto que complexa e ingente se afiguraria a empresa de

(*) — Conferência pronunciada no Palácio dos Bandeirantes na noite de 19 de dezembro de 1978 e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 7 de janeiro de 1979.

biografar é, ao mesmo tempo, louvar o homenageado desta noite. Não! Nada mais fácil! Porquê ao se revelar ao biógrafo, Heitor Penteado surgiu como um homem ameno e compreensivo, um administrador honesto e progressista e um político de atitudes equilibradas. Louvá-lo, então, é tarefa grata e justa.

Chego agora ao que vim. E principio por afirmar que em Heitor Penteado entrevi, não o “condottieri” desabusado, ou o líder carismático que empolga e arrasta multidões para sacrificá-las e aviltá-las, ou ser por elas aviltado, mas o homem público ponderado e discreto, fiel às suas idéias e ao seu partido, o trabalhador silencioso e zeloso da coisa pública, uma reprodução fac-similar dos “homens bons” do período colonial rediviva nos tempos da Primeira República.

Ele era de Campinas, da cidade dos republicanos históricos, daqueles que pregaram a República e a proclamaram. Francisco Glicério e Campos Sales ali nasceram e ali residiram. Lá também moraram Bernardino de Campos, Rangel Pestana e Américo Brasileiro. Em Campinas nasceu e viveu Salvador Leite de Camargo Penteado, pai de Heitor e um dos integrantes da primeira geração de republicanos, aquela que propagou e implantou a República. A segunda geração, a de Heitor Penteado, consolidou-a.

Salvador foi advogado, fazendeiro, juiz municipal e, ainda no regime monárquico, vereador na Câmara Municipal de Campinas, eleito pelos republicanos. Na legislatura de 1881-82, integrou a bancada do Partido conjuntamente com Francisco Glicério e Elias Augusto do Amaral Sousa. Não chegou a exercer o mandato por haver aceito o cargo de juiz municipal e de órfãos da cidade. Na legislatura de 1887-89, a última do Império, seus companheiros na Câmara Municipal, como vereadores republicanos, foram José Paulino Nogueira, Júlio Mesquita e Antônio Alvaro de Souza Camargo, quatro vereadores em um total de nove. Pois no primeiro ano dessa legislatura (1887), Salvador Penteado exerceu a presidência da Câmara, eleito pelos seus pares, não obstante encontrarem-se os republicanos em minoria.

Filho de um propagandista que nos seus quarto e quinto anos da Academia de Direito de São Paulo (1876-77) fora um dos redatores e colaboradores do jornal “A República”, órgão do Clube Acadêmico Republicano, filho de um ativo militante da política municipal de Campinas, Heitor, ao se dedicar à vida pública não surgiu de chofre no cenário político de sua cidade natal. Já ali possuía raízes fixadas pelo pai e também pelos avós, gente da velha e antiga raça, gente de cabedais e de muito apego ao torrão avoengo, que timbrava em exercer a vereança e outros cargos sem qualquer remuneração. Leonor Teixeira Penteado, a mãe de Heitor, era filha de um homem que adornava os sonoros nomes de família — Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida — com os reflexos

dourados de uma vasta fortuna traduzida em propriedades no campo e na cidade. Foi o maior proprietário de seu tempo, em Campinas. Aí nascido em 1830, aí mesmo faleceu em 1918. Foi vereador, mas a política não o atraiu bastante e nem cuidou de se tornar titular do Império, como o fizera o seu irmão, o ilustre barão de Ataliba Nogueira. Dedicou-se, de fato, aos negócios, e deixou aos descendentes imensa pecúnia. Heitor Penteado, seu neto materno, foi um dos aquinhoados. Pois o certo é que descendente de famílias abastadas, Heitor foi um homem de posses, que lhe chegaram às mãos por herança. Herdou também dos tios que o criaram, José Teixeira Nogueira e Alda Brandina Carolina de Andrade. Além do mais, casara-se (1905) com Evelina de Queirós Teles, de rica família paulista, neta paterna dos barões de Jundiá.

Possuidor de duas fazendas situadas nas cercanias de Campinas, a de Santo Antônio e a de São José do Cuscuzeiro, onde se recolheu para morrer — qual um daqueles bucólicos senhores rurais apegados à gleba ancestral — dono de algumas propriedades citadinas, Heitor não acresceu bens aos que herdara. Pelas funções que exerceu, pelos cargos que ocupou, poderia ter multiplicado os haveres pessoais. Não o fez, como, aliás, também não o fizeram quase todos os próceres filiados ao antigo e respeitável Partido Republicano Paulista.

É a verdade. Heitor Penteado não enriqueceu como homem público. Da mesma forma não acumularam fortuna — e não é necessário sair de Campinas para apontar exemplos — os Lobos e os Sarmentos, todos pertencentes à segunda geração de republicanos. Quanto aos da primeira, ainda em Campinas, refira-se, apenas, que Campos Sales e Francisco Glicério estavam pobres e viviam somente do subsídio, ao falecerem como senadores federais por São Paulo. Sabe-se bem que logo depois de presidir a República Brasileira, Campos Sales entregou aos credores a sua fazenda do Banharão, onde plantara café nos felizes tempos da propaganda. Assim, os onze filhos de Heitor Penteado, onde distintos rebentos, do pai ilustre herdaram apenas bens de família, e a reputação que ele lhes deixou, de honradez e honestidade. E neste ponto convém esclarecer que a alusão à honestidade de um administrador, se fosse alardeada nas primeiras décadas do atual século, ao tempo da hegemonia do Partido Republicano Paulista, soaria como indelicada, passível até de má interpretação. Hoje em dia — “horribile dictu!” — é necessário referi-la e até mesmo repeti-la!

Uma exata descrição da pessoa de Heitor Penteado quando contava 33 anos e exercia o cargo de prefeito de Campinas, foi feita por Luís Tenório de Brito, oficial da Força Pública do Estado que em 1930 viria a ser seu ajudante de ordens no Palácio

dos Campos Elíseos: “tez clara, olhos verdes, serenos e profundos; bigodes e cabelos pretos; inspirava simpatia e confiança”. Os que o conheceram descrevem-no como de estatura mediana, cheio de corpo, moreno claro e possuidor do típico, do lento e pachorrento falar do autêntico paulista. Era ele, segundo ainda Tenório de Brito, de “uma austeridade sem afetação, uma dignidade discreta e uma bondade cristã”.

De fato, discrição e bondade foram as principais características de sua conduta. Reservado, era uma verdadeira “caixa-de-segredo”, na pitoresca expressão de seu amigo Enéas César Ferreira. Não era, mesmo, de índole expansiva, comunicativa. Não apreciava o burburinho, o vozerio confuso dos ajuntamentos e evitava comparecer, o quanto podia, a reuniões e solenidades. Fazia-se representar. Com esse recato, com uma tal reserva, com a sua ojeriza de se mostrar em público, nos tempos atuais — para tristeza nossa, que sofremos a ausência de políticos de sua espécie — nem vereador se elegeria em Campinas! Outra é a época, outros são os costumes. Ele não sensibilizaria as massas votantes. E a propósito dos lisonjeadores das multidões — que ele em absoluto não foi — vem a pelo citar o que disse Alexandre Herculano no prólogo de sua “História de Portugal”: “os aduladores das multidões são tão objetos quanto os aduladores dos reis, no tempo em que os reis distribuíam benefícios e recompensas”.

Heitor Teixeira Penteado nasceu em Campinas a 16 de dezembro de 1878, precisamente há cem anos. Veio ao mundo na casa de seus pais, sita na atual avenida Francisco Glicério, no ponto onde se localiza a agência do Banco do Estado de São Paulo. Estudou preparatórios no colégio “Josefina Sarmento”, no bem conhecido “Ginásio Culto à Ciência” e no “Ginásio Diocesano” de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em dezembro de 1900. Tal e qual como seu pai o fizera, ele escreveu para jornais acadêmicos. Quando cursava o primeiro ano (1896), foi um dos colaboradores do periódico “A Evolução”, órgão do “Clube Bernardo Guimarães”, uma associação de estudantes de direito, que no ano seguinte adotou a designação de “Centro Literário e Científico Acadêmico”. Desse Centro foi ele presidente, quando cursava o terceiro ano. O jornalzinho “A Evolução” também trocou de nome e passou a se chamar “Revista Acadêmica”, órgão do referido Centro Literário e Científico. Pois da “Revista” foi Heitor um dos redatores, ao lado de seu amigo e colega Raul Soares de Moura. Nos dois periódicos o estudante campineiro publicou, de sua lavra, artigos sobre folclore e sobre teatro acadêmico.

Raul Soares de Moura era de Minas Gerais. Ficou amigo de Heitor e em Campinas, onde passou a residir depois de formado, freqüentava a sua casa. Lecionou no “Culto à Ciência”, foi advo-

gado criminalista e após perder a esposa, que em Campinas ficou sepultada, mudou-se para Belo Horizonte. Em Minas Gerais foi professor de direito, secretário de Estado, senador federal, presidente do Estado, e, no Rio de Janeiro, ministro da Marinha do presidente Epitácio Pessoa. Consigne-se, então, que outros dois vultos eminentes, colegas de ano de Heitor na Faculdade, foram o futuro presidente Arthur Bernardes, e o ao depois chanceler e presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul Fernandes.

Bacharel em Direito, Heitor Penteado advogou em sua terra natal. Associou-se ao preclaro deputado federal Alberto Sarmento, cujo escritório de advocacia situava-se na praça Bento Quirino n.º 31. Bento Quirino dos Santos estava vivo e um dos principais logradouros da cidade já ostentava o seu nome. Naquela época era possível a homenagem a pessoas vivas e o galardoado se notabilizara pela benemerência, pela filantropia.

Um advogado recém-formado não se arriscava a exercer a profissão sem a proteção de um colega mais velho e afreguezado. Antônio Lobo, em Campinas, agregou-se ao então deputado federal Francisco Glicério. Heitor entrou, como se disse, para o escritório de Alberto Sarmento, onde, pouco tempo depois, ao ser nomeado promotor público, cedeu o lugar a Raul Soares. Este, por sua vez, depois de partir para Minas Gerais, foi substituído por Antão de Sousa Moraes, futuro desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apenas estabelecido em sua terra, foi Heitor um dos sócios fundadores, em 1901, do outrora renomado “Centro de Ciências, Letras e Artes”, de cuja Comissão de Ciências Jurídicas fez parte.

Por bem pouco tempo advogou no foro de Campinas. A 4 de janeiro de 1902 empossou-se no cargo de promotor público e curador de órfãos da cidade. Aí permaneceu por vários anos, até 15 de setembro de 1910, quando resignou para se candidatar à vereança e ao posto de Prefeito Municipal. Foi um íntegro, um probo promotor público. O brilhante e conhecido jornalista Pelágio Lobo, do clã que em Campinas fez oposição a Heitor Penteado, sobre a passagem deste pela promotoria e curadoria de órfãos, textualmente escreveu: “Não era Heitor Penteado senhor de brilho oratório e de grandes lances, mas exerceu os cargos do ministério público com a probidade que era um dos seus traços de caráter e, nesse exercício, manteve o aparelhamento da justiça ao abrigo de qualquer intromissão de origem privada ou partidária que a pudesse perturbar”.

Probidade, eis o fanal de Heitor, como promotor e pela vida fora. Refira-se, então, a título de ameno comentário, que pela promotoria de Campinas antes dele também passaram outros homens íntegros, a exemplo de Luís Albino Barbosa de Oliveira, filho do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, presidente do Supre-

mo Tribunal de Justiça do Império, e genro do barão de Ataliba Nogueira. Pois Luís Albino de tal maneira se imbuíu dos deveres do cargo que recebeu do povo a alcunha de "Lulu Justiça".

Sabido é que ao tempo do Império, por todo o decorrer do Segundo Reinado, pontificaram os bacharéis em direito, ao passo que no período colonial coube ao senhor rural o exercício dos cargos de administração nas vilas e freguesias. Os bacharéis também dirigiram a Primeira República. E — dado interessante — a escala inicial na vida pública era a promotoria, antes mesmo da vereança. Percorra-se a biografia de dezenas de próceres da Primeira República. Ocuparam estes a promotoria pública em cidades do interior ou nas capitais: Washington Luís Pereira de Sousa e Arnolfo Azevedo — para lembrar apenas dois dos mais eminentes homens públicos de São Paulo — foram promotores, respectivamente, em Batatais e Lorena, antes de se elegerem vereadores nessas duas localidades paulistas. Heitor não escapou à regra, ou ao destino, e na promotoria aguardou a ocasião para a entrada nas lides políticas. Esperou demasiado e conta-se até que estava prestes a pleitear o lugar de juiz de direito de Jundiá, quando se viu convidado por Bento Quirino dos Santos para disputar a Prefeitura Municipal de Campinas. Na ocasião, a legislação eleitoral preceituava que o prefeito seria escolhido de entre os vereadores e apenas por estes eleito. Seu nome fora lembrado como solução para sério impasse resultante de divergências entre os chefes políticos locais. A exceção de um vereador — o oposicionista Álvaro Ribeiro — procedeu-se a uma completa renovação da Câmara. Heitor aceitou o convite, deixou a promotoria em setembro de 1910, concorreu às eleições de outubro para o triênio 1911-13, e, a 15 de janeiro de 1911, empossou-se como vereador e no mesmo dia foi eleito, pelos seus pares, Prefeito Municipal de sua terra.

Desde logo revelou-se um operoso administrador. Reelegeu-se vereador para os triênios de 1914-16, 1917-19 e 1920-22. Anualmente era escolhido prefeito. Até que, a 14 de julho de 1919, assumiu a cadeira de deputado na Câmara Estadual de São Paulo. Era a estréia no cenário paulista, como sempre sob a égide do Partido Republicano. Naquela época, a lei eleitoral permitia a acumulação de cargos legislativos. Heitor continuou como prefeito e frequentava a Câmara dos Deputados em São Paulo. Em fins de abril do ano de 1920 renunciou à deputação, à vereança e à Prefeitura, para a 1.º de maio desse ano ocupar a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no governo de Washington Luís. Permaneceu até o fim do quadriênio, verificado a 1.º de maio de 1924. Logo a seguir, nesse mesmo ano, foi eleito deputado federal por São Paulo à 12.ª legislatura (1924-26), na vaga de seu conterrâneo José Manuel Lobo, que fora nomeado Secretário do Interior do governo Carlos de Campos. Na Câ-

mara sediada no Rio de Janeiro, exerceu a presidência da Comissão de Marinha e Guerra. Reeleito deputado federal para a legislatura seguinte (1927-29), cogitava Heitor de levar a família para o Rio de Janeiro, quando se viu indicado para a vice-presidência do Estado. O seu genro, o ilustre desembargador Moacir César de Almeida Bicudo — a quem agradeço a cessão de peças de seu arquivo de numerosas informações — referiu que o sogro não apreciou a escolha praticada à sua revelia. Preferia a deputação federal. Mas curvou-se a exigência partidária e tornou-se o vice de Júlio Prestes de Albuquerque, que sucedera a Carlos de Campos, falecido repentinamente a 27 de abril de 1927, antes do término de seu mandato de presidente de São Paulo. Eleito vice-presidente a 5 de julho de 1927, empossou-se a 14 do mesmo mês. E na penumbra de um elevado porém inoperante posto — e daí compreender-se a sua relutância em aceitá-lo, dado que naquela época era deveras importante o mandato de deputado federal por São Paulo — na ociosa penumbra quedou-se o vice até que assumiu a presidência do Estado, por haver Júlio Prestes concorrido e alcançado, nas eleições de janeiro de 1930, a presidência da República. De 15 de fevereiro a 24 de outubro de 1930, Heitor Penteado foi o presidente do Estado de São Paulo.

A inefável, a nebulosa personalidade que foi o ditador Getúlio Dornelles Vargas, destruiu e enterrou a Primeira República. A 24 de outubro de 1930, no Palácio dos Campos Elíseos, Heitor Penteado, em documento por ele assinado e subscrito pelos seus Secretários de Estado, solicitou ao general Hastímphilo de Moura, comandante da Segunda Região Militar, que assumisse o Governo do Estado de São Paulo, "já que o momento não comporta uma solução constitucional em face do movimento revolucionário, vitorioso no Rio de Janeiro". O general aceitou o encargo e logo a seguir Júlio Prestes, também presente ao ato, rumou com um filho e mais o cunhado Francisco Bernardes Junior e o chefe da Casa Militar, tenente-coronel da Força Pública, Marcílio Franco, para a residência do cônsul da Inglaterra, rapidamente transformada em território britânico, por determinação do embaixador inglês acreditado junto ao governo brasileiro. Asilou-se Júlio Prestes para escapar à prisão arbitrária e temendo ataques e saques de moradias de próceres do Partido Republicano, já iniciados no próprio dia 24 de outubro, quando foram empastelados os jornais "Correio Paulistano" e "A Gazeta". Heitor Penteado não procurou asilar-se. Acompanhado do filho José, secretário do Governo, de automóvel oficial dirigiu-se à sua fazenda de São José do Cuscuzeiro, em Campinas, onde permaneceu. Mandou devolver o veículo e sossegado ficou, enquanto em Campinas a população destruíra um jornal, proferia injúrias, extravasava ódios democráticos e saqueava o próprio palácio do bispo-conde D.

Francisco de Campos Barreto. Este eminente príncipe da Igreja — do tempo em que a Igreja Romana possuía notáveis prelados — celebrara dias antes missa campal pela vitória do governo constituído. Foi retirado às pressas, minutos antes do atentado ao palácio, pelo seu amigo, o afamado médico Penido Burnier. Ao se dirigirem à residência do insígne sacerdote, os desordeiros passaram pela casa de Heitor Penteado, na cidade. Respeitaram-na. Seus adversários do Partido Democrático não intentaram prendê-lo, como fizeram a destacados correligionários seus. Respeitaram-no.

Depois de 1930, Heitor Penteado ainda voltou a ocupar posições de destaque e relevo na vida pública. Foi um dos membros e o presidente da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, até a extinção dos partidos políticos, decretada quando da implantação do Estado Novo pelo ditador Getúlio Vargas (1937). Presidiu em São Paulo a Sociedade Anônima do jornal "Correio Paulistano" (até 1937). Elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Campinas em 1936, mas não exerceu o mandato, pois candidatar-se apenas para prestigiar o seu Partido. Foi presidente do Banco do Estado de São Paulo, de 14 de outubro de 1938 a 5 de julho de 1941, na interventoria de Ademar de Barros, ocasião em que iniciou a construção do monumental edifício-sede, na praça Antônio Prado (27-6-1939), que viria a ser inaugurado em 1946 quando dirigia a Carteira Comercial do mesmo Banco. Ao tempo de sua presidência, executou a política de assistência financeira ao pequeno produtor rural (fevereiro de 1939), prorrogando por 15 anos o vencimento dos contratos — iniciara-se a 2.^a Guerra Mundial — e concedendo bonificação de 20% sobre o capital amortizado. A partir de julho de 1941 dirigiu a Carteira Comercial do mesmo Banco do Estado. Fê-lo até 10 de abril de 1947, quando uma Assembléia Geral Extraordinária interrompeu o mandato dos diretores e elegeu nova diretoria. Fatigado, desiludido, Heitor Penteado, que ainda não completara setenta anos, recolheu-se à sua querida fazenda de São José do Cuscuzeiro. Ali morreu a 8 de maio de 1947, quase um mês após deixar o Banco do Estado. Buscara a paisagem amiga e a solidão campestre para se retemperar. Já o fizera uma vez, em 1930. Malogrou no intento. Morreu e, então, de vez, voltou à cidade natal e incorporou-se ao chão, à terra de Campinas.

★

As duas maiores realizações da vida de Heitor Penteado foram justamente a administração municipal de Campinas e a direção da Secretaria de Estado da Agricultura. Foi, de fato, na esfera administrativa que ele se projetou através do que construiu, através do que executou em proveito de sua cidade e de seu Estado.

Em breve e resumida exposição das principais realizações, recorde-se que à frente do Executivo Municipal ele conseguiu consolidar a situação financeira, que deixou de ser altamente deficitária para manter-se nos limites de orçamentos equilibrados; substituiu em 1912 os lampiões de gás — hoje tão saudosamente evocados como símbolos de tempos melhores, lembranças nostálgicas de noites de serenatas cantadas pela rapaziada da época, cantadas pelos joviais e travessos filhos, sobrinhos e primos do prefeito — substituiu, repito, os lampiões de gás pela iluminação elétrica e as primeiras 240 lâmpadas de 60 volts, colocadas a título experimental, clarearam a rua dr. Quirino e os largos de São Benedito e da Imprensa Fluminense; ainda em 1912 contratou com a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, a mesma que se encarregou da iluminação, a substituição dos bondes de tração animal, os pitorescos bondinhos de burros, pelos elétricos, que, mais tarde, em treze linhas, ligaram ao centro os bairros da cidade. Transformou o antigo Mercado de Hortaliças, ou Mercadinho, na Casa das Andorinhas, que foi visitada por Rui Barbosa, autor de famosa página literária sobre as andorinhas de Campinas. Calçou com paralelepípedos as ruas centrais, fez calçadas e arborizou a avenida da Saudade, que leva ao cemitério do mesmo nome, onde ergueu o imponente pórtico e edificou a sede da administração; desapropriou casas para alargar a rua Bernardino de Campos, a partir da praça Antônio Pompeu, e a avenida resultante recebeu o nome do humanitário médico Tomás Alves. Construiu sedes para as sub-prefeituras dos quatro distritos que Campinas possuía, Valinhos, Rebouças (hoje Sumaré), Cosmópolis e Vila Americana (hoje cidade de Americana). Remodelou os serviços de água e esgotos, multiplicou galerias pluviais, e adquiriu de empresa particular, incorporando à Prefeitura, o serviço de Limpeza Pública. Em 1915 comprou a área e formou o bem conhecido Bosque dos Jequitibás. E neste particular, refira-se que Heitor Penteado foi chamado o "prefeito dos jardins". Assim é que, em 1913, inaugurou o ajardinamento da Praça Carlos Gomes, cujas palmeiras imperiais datavam de 1883; posteriormente reformou os jardins das Praças Luís de Camões, do Pará, da Imprensa Fluminense e Pedro II (Largo de São Benedito). Remodelou totalmente, em 1916, a praça Bento Quirino, que era toda pavimentada de mosaico português e servia de pista de patinação, iluminada por dois grandes lampiões. Ora, os raros automóveis existentes passavam por cima do mosaico e ali estacionavam, avariando a pavimentação. O prefeito elevou o nível, arrancou o mosaico e os lampiões, e jardinou a praça, que é, como se sabe, aquela situada na frente da Igreja do Carmo. Empenhou-se e conseguiu, em 1917, a instalação de uma agência da Caixa Econômica Estadual, e em 1918 desvelou-se na adoção de medidas de assis-

tência ao povo, por ocasião da epidemia de gripe espanhola. E agora se revela a melhor faceta do tino administrativo de Heitor Penteado. Como prefeito ele previu a importância das estradas de rodagem para o desenvolvimento econômico. E, então, abriu estradas que ligaram Campinas aos seus quatro distritos e alargou e melhorou as existentes no município, antes servindo apenas às carroças e cavaleiros.

De tal forma salientou-se na abertura de estradas, que o Segundo Congresso de Estradas de Rodagem realizou-se em Campinas a 2 de outubro de 1919, e foi por ele presidido. O Primeiro datava de 1917 e tivera lugar em São Paulo. Posteriormente, o Terceiro Congresso, que viria a se reunir em São Paulo a 12 de outubro de 1923, também teve a presidência de Heitor Penteado, então Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo. Como pormenor interessante refira-se que simultaneamente com o Terceiro Congresso, efetuou-se a Primeira Exposição Brasileira de Automóveis.

Washington Luís marcou-se na história paulista e na brasileira como o construtor de estradas de rodagem, autor da frase "governar é abrir estradas". Pois o início dessa política rodoviária processou-se de 1920 a 1924, quando ele exercia a presidência do Estado de São Paulo. Ora, nessa ocasião ainda não fora criada a Secretaria da Viação. Todos os trabalhos de engenharia eram realizados pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, exercida justamente por Heitor Penteado. Coube, portanto, a este operoso filho de Campinas a execução da política rodoviária preconizada pelo presidente Washington. "Fazer e conservar estradas de rodagem é a orientação bem conhecida do atual governo", escrevia o presidente em sua Mensagem apresentada ao Congresso Paulista a 14 de julho de 1920. E explicou: "As estradas de rodagem facilitam a circulação do jornal e o acesso à escola, concorrendo para a difusão dos conhecimentos e da instrução; garantem melhor segurança à propriedade e mais pronta assistência às pessoas; permitem encantadores passeios, agradáveis ao espírito e úteis à saúde (ninguém na época poderia imaginar a poluição provocada pelos gases de combustão da gasolina e do óleo); são condições de barateamento da vida pela diminuição do custo de transportes e pela aproximação entre os extremos que produzem e os centros que consomem; são as semeadoras de cidades".

Heitor Penteado, através da Inspetoria de Estradas de Rodagem, da Diretoria de Obras Públicas, de sua Secretaria, devotou-se à abertura das rodovias que tinham o leito de terra e obedeciam às melhores condições técnicas da época, rampas com limite máximo, um mínimo de curvas, abaixamento e escoamento das águas das chuvas. A 1.º de maio de 1921 inaugurou-se a que ligava São Paulo a Campinas, em uma extensão de 105 quilôme-

tros, dos quais 32 foram construídos por presos sentenciados e os restantes 73 por operários contratados. O itinerário principiava em São Paulo no bairro da Lapa e seguia por Pirituba, Caieiras, bairro dos Abreus, Alto da Serra dos Cristais, Louveira, Rocinha (hoje Vinhedo) e Campinas. A 1.º de maio do ano seguinte, 1922, inaugurou-se a Estrada São Paulo a Itu, 97 quilômetros, situados entre o rio Tietê e as montanhas, que foram abertas a dinamite. Depois foram se completando as estradas de São Paulo a São Roque (78 quilômetros), São Paulo a Ribeirão Preto (244 quilômetros), através de Campinas, Limeira, Araras, Leme, Piraçununga, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão e Cravinhos; de São Paulo a Águas da Prata; de São Paulo a Itapetininga, passando por Sorocaba. Por fim, foi totalmente reconstruído o velho Caminho do Mar, de São Paulo a Santos e São Vicente, via São Bernardo do Campo. No total, a Secretaria da Agricultura abriu e entregou ao tráfego 823 quilômetros, sendo 139 pedregulhados, 55 macadamizados e os restantes em leito de terra. Ao pronunciar uma oração no Terceiro Congresso de Estradas de Rodagem, o presidente Washington Luís proclamou com a maior ênfase que devia a concretização de sua política rodoviária a Heitor Penteado: — "A ele devemos tudo o que aí está: estradas para todas as horas do dia e todos os dias do ano".

Além das estradas, a Secretaria da Agricultura construiu mais uma boa série de importantes obras públicas, como o monumento do Ipiranga, comemorativo do Centenário da Independência do Brasil, execução de Ettore Ximenes e inauguração a 7 de setembro de 1922; a canalização do córrego do Ipiranga, terraços, rampas e nova escadaria para o Museu do Ipiranga; a rescisão do contrato de arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana e a melhoria dos serviços da ferrovia que deixou de ser deficitária; a subvenção a linhas de navegação no Rio Paraná; a eletrificação da Estrada de Ferro de Campos do Jordão; a encampação da Estrada de Ferro Araraquarense; a construção, em Campinas, da estação da Estrada de Ferro Sorocabana, do edifício do Grupo Escolar Orozimbo Maia, na avenida Andrade Neves, e do grande prédio da Escola Normal, inaugurado em 1924 e edificado no terreno doado ao governo estadual em 1919, quando Heitor era prefeito; a organização e instalação do Museu da Convenção de Itu; a remodelação do Instituto Agrônomo de Campinas, para o qual se adquiriu a Fazenda Santa Elisa, destinada à Estação Experimental. Para o Instituto Agrônomo foi ainda comprada extensa área na avenida barão de Itapura e nele instalou-se o Serviço Científico do Algodão, o qual, entregue a técnicos competentes, dentre eles Raimundo Cruz Martins, obteve sementes selecionadas para o estabelecimento da cultura algodoeira no Estado, um fator de combate à crise cafeeira declarada em 1929.

Justamente no posto mais elevado de sua carreira político-administrativa, o de presidente do Estado, Heitor quase nada pôde realizar. Estava-se em plena crise do café, após o craque verificado em outubro de 1929 na Bolsa de Nova Iorque. Estava-se, igualmente, em plena agitação da campanha oposicionista dirigida pela Aliança Liberal. O colapso da economia mundial acarretou a derrocada da economia cafeeira em São Paulo. O presidente Júlio Prestes, licenciado do governo do Estado e já eleito presidente da República, conseguiu em bancos de Londres o empréstimo ao Estado de vinte milhões de libras esterlinas. Esse numerário possibilitou a Heitor Penteado a intervenção no mercado cafeeiro através da aquisição do produto, não dos comissários da Praça de Santos, mas diretamente dos plantadores, medida que provocou uma distribuição de dinheiro por todo o interior do Estado.

Vou finalizar.

Algumas expressivas homenagens já foram prestadas à memória de Heitor Penteado. Um marco de cimento de forma piramidal, colocado na entrada do distrito de Sousas, assinala o asfaltamento, em 1958, da rodovia que liga Campinas a Sousas, a "Rodovia Heitor Penteado", assim denominada para honrar o administrador que abriu estradas no município. Há pouco, por decreto de 9 de agosto do corrente ano, o ilustre governador Paulo Egídio Martins deu à estrada que vai de Campinas a Águas da Prata — uma das abertas pelo então Secretário da Agricultura, o nome de "Heitor Penteado". Estará, assim, o administrador lembrado pela ativa participação na construção de rodovias. Caberia agora a Campinas ampliar a homenagem, erguendo-lhe um monumento, um busto de bronze, que poderia ser localizado na avenida que ostenta o seu nome. Deve-lhe a cidade essa honraria. Oxalá não a olvide, como vem acontecendo a outro grande filho de Campinas, o republicano da propaganda, ministro e senador Francisco Glicério.

Senhoras e senhores:

Certa feita, o preclaro fundador da Academia Campinense de Letras, Francisco Ribeiro Sampaio, ouviu de um velho caboclo de Goiás o seguinte e sábio anêdoto: — "Quem age a preceito tem conceito". Em toda a sua proveitosa existência, Heitor Teixeira Penteado sempre agiu a preceito, e por isso mesmo de si deixou um excelente, um honroso conceito.

BIBLIOGRAFIA

- Brito, Luís Tenório de — «Memórias de um ajudante de ordens», Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1951.
- «Campinas, cidade feliz», in «Letras», I (12):27-39, dezembro de 1946, São Paulo
- Egas, Eugênio — «Galeria dos Presidentes de São Paulo (1822-1924)», São Paulo, 1926-27
- Ferreira, Enéas César — «Olhando o passado... saudades», Editora Obelisco, São Paulo, 1971
- Lobo, Pelágio — «O foro de Campinas no Império e na República», in «Monografia Histórica do Município de Campinas», IBGE, Rio de Janeiro, 1952
- Mendes, José de Castro — «Efemérides Campineiras (1739-1960)», Editora Gráfica Palmeiras, Campinas, 1963
- Moura, Hastímphilo de (general) — «Da primeira à segunda República», Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1936
- Oliveira, Benedito Otávio de — «Salvador Penteado», art. in jornal «Correio de Campinas», n.º de 16-12-1916



COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA
SOCIEDADE IMPRESSORA PANNARTZ LTDA
Rua Almeida Torres, 119 - P. IV - Acilmação
Fone: 279-1688 São Paulo, 1980

